

## POLUENTES EMERGENTES: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONTAMINAÇÃO DE CAFEÍNA EM CORPOS HÍDRICOS BRASILEIROS

Rafaela S. Costa<sup>1</sup>; Gabrielle R. Quadra.<sup>2</sup>; Helena O. Souza.<sup>3</sup>, Marcos Antonio Fernandez<sup>4</sup>.

E-mail: rafaela.costa.bio@live.com ¹Programa de Pós-Graduação em Dinâmica dos Oceanos e da Terra, Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

> <sup>3</sup>Mestre em Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé (UFRJ).

<sup>4</sup>Laboratório de Ecotoxicologia Marinha, Faculdade de Oceanografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro(UERJ).

Poluentes emergentes são substâncias não usualmente monitoradas ou sem uma legislação regulatória, mas que apresentam risco potencial a saúde humana e ao ambiente, como exemplo, os fármacos. Os produtos farmacêuticos raramente são removidos nas estações de tratamento de esgoto (ETE) e de água (ETA) no mundo, contribuindo para poluição de corpos hídricos. Dentre estes, a cafeína (estimulante) está entre as substâncias mais consumidas no mundo, sendo encontrada em diversos alimentos e medicamentos. Aproximadamente 3 a 10% da cafeína consumida são excretados via urina. Esta substância, atualmente, é considerada um indicador de efluente de esgoto doméstico, por apresentar persistência na coluna d'água e ter uma solubilidade de 13,5 g/L. O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre a presença de cafeína em corpos hídricos brasileiros e seus efeitos através de bioensaios com organismos marinhos e dulcícolas. Foram realizados levantamentos de dissertações, teses e artigos publicados nos últimos 10 anos nas bases: Google acadêmico e Scielo. A detecção foi observada apenas nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, com as concentrações mais elevadas, variando de 160-357(µg.L-1) na Bacia Leopoldina, Rio de Janeiro. O Brasil quando comparado com detecção de águas superficiais de outros países, como Alemanha, Noruega, Canadá, Suécia, Estados Unidos, apresentou os maiores valores encontrados. Essas altas concentrações refletem o hábito do consumidor brasileiro, já que o Brasil é o segundo consumidor mundial de café. A orientação da população sobre o uso e descarte é um ponto fundamental para reduzir os impactos de poluentes emergentes. Apesar dos valores elevados de cafeína não foram encontrados nesta revisão ensaios ecotoxicológicos em organismos marinhos e dulcícolas. Um estudo realizado por pesquisadores nos Estados Unidos mostrou que a exposição à cafeína prejudicou a reprodução do microcrustáceo Ceriodaphnia dubia (CI50 = 44mg/L) e inibiu o crescimento do peixe Pimephelas promelas (IC50 = 71mg/L). Com base nos resultados encontrados, aparentemente não existe risco imediato associado a esse poluente nas águas superficiais brasileiras. Os resultados desta revisão contribuem para demonstrar o quanto se faz necessário um maior investimento em novas pesquisas e no monitoramento de qualidade das águas, bem como em novas tecnologias específicas para tratamento e remoção dos fármacos nas ETEs, ETAs e no ambiente.

Palavras chaves: ETEs, fármacos, Bacia Leopoldina.